

Reunião virtual vespertina
Segmento: Movimentos Populares

1 Aos vinte dias do mês de julho de 2022, às 14h45, utilizando-se da plataforma *Microsoft Teams*, a
2 Prefeitura de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento,
3 conforme convocatória, inicia a Reunião virtual vespertina com o Segmento de Movimentos
4 Populares, relativa à Etapa 1 da Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico – PDE. A **Sra.**
5 **Patrícia Saran**, Coordenadora do Processo Participativo, toma a palavra, cumprimenta
6 cordialmente os presentes e, para garantia de acessibilidade digital, instrui quanto ao uso das
7 ferramentas disponibilizadas na plataforma. Informa que a convocação da reunião foi publicada no
8 Diário Oficial da Cidade em 07 de julho de 2022 e no dia 08 de julho de 2022 em jornal de grande
9 circulação. Em seguida, requereu que todos assinassem a lista de presença, cujo link consta no *chat*
10 da reunião. Apresenta a equipe da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento presente
11 na reunião e passa a palavra ao Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento - **Sr. Marcos**
12 **Duque Gadelho** que ressalta a importância da participação popular nesse momento da revisão do
13 Plano Diretor, outrossim, agradece a presença daqueles presentes, além de saldar o Sr. Ricardo
14 Viegas que está coordenando o processo todo. Na sequência dos trabalho é apresentado um vídeo
15 institucional sobre a revisão intermediária do Plano Diretor da capital (link:
16 <https://www.youtube.com/watch?v=e8JQX2M5Y04>). Finalizada a apresentação, a **Sra. Patrícia**
17 **Saran**, informa que o **Sr. Secretário-adjunto, José Armênio de Brito Cruz**, ingressou na reunião
18 em substituição ao Sr. Secretário. Outro vídeo, este tratando sobre o diagnóstico da
19 implementação do Plano Diretor e desenvolvido pela Coordenadoria de Planejamento Urbano
20 (PLANURB), é apresentado aos presentes. A **Sra. Patrícia Saran** tomou a fala e pactua com os
21 presentes que, a princípio, a reunião não teria controle do tempo das falas dos presentes, apenas
22 se houvesse muitos inscritos seria definido um período específico de fala. A palavra foi aberta para
23 o **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, o qual cumprimentou todos presentes e solicita a gentileza de
24 que aqueles que fossem falar indiquem a que entidade participam, para que assim conste nos
25 registros da ata de reunião. Reforça que escutar a população é essencial para aprimorar o Plano
26 Diretor da cidade. Em seguida novo vídeo é apresentado aos presentes, com as informações gerais
27 sobre o diagnóstico realizado sobre a implementação do atual Plano Diretor Estratégico,
28 desenvolvido pela Coordenadoria de Planejamento Urbano da SMUL – SMUL/ PLANURB. O **Sr.**
29 **João Moreirão** pede que a equipe de apoio registre sua presença, uma vez que não tinha acesso ao
30 *chat*. Inscrita para falar, a **Sra. Wellyene Gomes Bravo**, membro do Conselho Participativo
31 Municipal do Campo Limpo, que ocupa uma das cadeiras do Conselho Municipal de Política
32 Urbana (CMPU), representante da Macrorregião Sul 2, primeiramente, pondera que a tecnologia
33 ainda não está acessível para muitas pessoas, dando sequência, menciona que a reunião virtual
34 não garante a participação até mesmo quem tem acesso a uma boa internet. Acerca dos quiosques
35 que passaram no vídeo, questiona se eles vão estar disponíveis para o registro das contribuições
36 presenciais. Pergunta também sobre um diagnóstico completo do PDE, pois entende que a
37 Prefeitura apenas lista um monte de coisas que precisam ser feitas. Destaca sua frustração em
38 relação à implementação do PDE. Assevera que em sua opinião muito pouco foi efetivado e o
39 mercado tomou esse espaço. Desse modo, afirma que não teriam sido construídas as habitações

40 sociais necessárias para diminuição das desigualdades no município. Disse que o poder público
41 não está agindo, que existe uma verticalização descontrolada, por exemplo, em Paraisópolis, com
42 inúmeros riscos de engenharia. Cita ser lamentável que o poder público não tenha atuado para
43 implementar uma lei tão bem escrita quanto o PDE de 2014. A **Sra. Patrícia Saran** esclarece que
44 não há quiosques disponibilizados para que a população possa trazer suas contribuições para a
45 revisão intermediária, de tal sorte que a imagem do vídeo era meramente ilustrativa. O próximo
46 inscrito para falar, o **Sr. José André Araújo**, do Movimento de Regularização Fundiária e
47 Urbanização e também Conselheiro do CMPU (representando o Instituto Inácio Monteiro), e
48 Conselheiro Municipal de Habitação (representando a União de Moradores da Zona Sul). Afirma
49 que não houve demarcação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) nas áreas dos Eixos de
50 Estruturação Urbana, que estas deveriam destinar as unidades construídas nessas áreas para
51 famílias, pois empreendimentos estão focando em produtos para investidores, que utilizam essas
52 unidades para especular. A cota de solidariedade deveria ter a alternativa determinada pelo
53 CMPU e não pelo empreendedor. O Conselho é que deveria decidir qual interesse público que
54 deve prevalecer entre 10% da área para HIS ou os recursos para o FUNDURB. Relativo à gestão
55 democrática, observou que o CMPU deveria ser deliberativo. Ainda, apontou que os Conselhos
56 Regionais de Habitação deveriam ter sido instalados. Relacionado com a mobilidade, a
57 transformação do modelo energético seria importante para nosso transporte ser movido por
58 energia limpa. Destaca, por fim, a questão do lixo que precisa de uma destinação adequada.
59 Menciona falha na mobilização para a participação social nas oficinas que serão realizadas aos
60 sábados, especialmente a que ocorrerá em Parelheiros. A **Sra. Luciana Araújo**, integrante da
61 Mobilização Saracura Vai-Vai (reúne moradores, pesquisadores sambistas, e artistas
62 multiculturais do bairro do Bixiga), alerta que ainda permanecem os efeitos da pandemia de Covid-
63 19 e isso ainda seria um problema para eventos presenciais com aglomeração. Informa que a
64 mobilização Saracura Vai-Vai começou após descoberta de sítio arqueológico nas obras da linha
65 laranja do metrô. Explica que seus membros estão se articulando para demonstrar a relevância do
66 Quilombo Saracura e que seja garantida a formalização de um projeto de valorização patrimonial e
67 seja transmitido o valor do descoberto para toda a comunidade. Afirma que o poder público,
68 lamentavelmente, não tomou iniciativa de proteger tal patrimônio, tendo em vista que a licença foi
69 fornecida pelo IPHAN, em 2015, independentemente de uma pesquisa arqueológica. Isso, mesmo
70 sendo o Bixiga um sítio histórico específico, importante para investigação da história da população
71 negra. Por isso, demandam a redesignação da estação como Saracura Vai-vai e construção de um
72 memorial permanente para resgatar a história e promover essa reparação. Inclusive reconhecer a
73 história da Escola de Samba que foi desalojada da região. Informa também que os mobilizados não
74 são contra o metrô, até porque ele vai auxiliar a mobilidade daqueles que precisam trabalhar no
75 centro e moram nas periferias em áreas carentes. Disse que esse grupo exige o cumprimento da
76 legislação, levando em conta que as terras quilombolas são de tombamento automático e bens da
77 União e isso não pode ser ignorado. Fala de reunião realizada com o Conselho Municipal de
78 Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade (CONPRESP), razão pela
79 qual gostariam que este sítio fosse inserido no PDE. Inclusive, para que o planejamento seja feito
80 sem expulsão da população, pois moradores do local já foram expulsos no passado para a
81 construção da Avenida 09 de julho e “Minhocão”, não podendo se repetir a história. O **Sr. Antônio**
82 **Pedro de Sousa**, conhecido como “Tonhão”, da Federação das Associações Comunitárias do

83 Estado de São Paulo (FACESP), ressalta a questão da cota de solidariedade. Instrumento que não
84 estaria atingindo sua finalidade já que mercado tem evitado promover aproximação das distintas
85 classes sociais, com opção de adquirir terrenos mais distantes para produzir habitação de
86 interesse social ou apenas repassar dinheiro ao FUNDURB, mantendo um *apartheid* social.
87 Menciona a importância da notificação de descumprimento da função social da propriedade, e que
88 não tem sido implementado o IPTU progressivo. Sobre as ZEIS, há muita demora em produzir HIS
89 nessas áreas, e elas são muito cobiçadas, nesse ínterim estão produzindo moradia para fundos de
90 investimento, para especular, ao invés de habitação social para baixa renda. Pergunta sobre a
91 atualização das outorgas, questiona em que sentido seria essa atualização mencionada na
92 apresentação realizada. Esclarece que aumentar o valor das outorgas onerosas seria vantajoso,
93 pois o mercado está aquecido; diminuir seria temerário. Aponta que o Conselho Participativo
94 Municipal - CPM cumpre papel importantíssimo no CPMU e antes da pandemia já se assiste um
95 esvaziamento desses conselhos. Observa que, na Região do M'Boi Mirim, a Subprefeitura está
96 sendo conduzida de forma "coronelística" sem considerar os Conselhos, pois entende que a
97 sociedade Civil deveria ser mais respeitada, e os conselhos podem dar uma excelente contribuição
98 para a sociedade local. Dando sequência aos inscritos, a Sra. **Nilda Neves**, Coordenadora dos
99 Movimentos Unidos pela Habitação (MUHAB) e Movimento pelo Direito à Moradia, Conselheira
100 do CPMU e do FUNDURB, considera que na reunião estão presentes poucos representantes dos
101 movimentos populares, e aguarda que nas oficinas presenciais tenha uma maior participação para
102 efetiva contribuição com a revisão do PDE. Declarou que se sentiu contemplada pelas falas
103 anteriores em relação à habitação e a outorga. Acrescenta que mesmo com recursos, verifica baixo
104 investimento municipal nas áreas mais empobrecidas e de risco da cidade. Na região do M'Boi
105 Mirim verifica que somente em época de eleição é que há atenção para as famílias. Tais atitudes
106 não geram obras estruturais e não executam um planejamento eficiente. Menciona que as
107 Subprefeituras atuam de forma eleitoreira e não há planejamento de bairro. Sendo certo que já
108 houve um maior engajamento, mas que hoje não tem mais espaço para isso. Destaca que a real
109 participação dos moradores é fundamental para fiscalizar e existir um controle social efetivo. A
110 política de habitação precisa estar mais integrada com a mobilidade da cidade, falta implementar
111 muitos corredores de ônibus planejados. Existe uma produção habitacional pelo mercado que não
112 atinge as famílias que mais precisam e que estas seguem morando em áreas sem infraestrutura e
113 continuam sem acesso às políticas públicas habitacionais. O Sr. **João Moreirão**, Conselheiro da
114 FACESP, Conselheiro Participativo Municipal da Casa Verde/ Limão/ Cachoeirinha, membro do
115 CPMU pela Macrorregião Norte 2, cita que a Prefeitura, por meio da SMUL, apresenta muito o
116 que pretende fazer, mas que nunca se chega ao fim dessa estrada, do que se faz, para saber o que
117 já aconteceu na cidade, e como foi a aplicação do Plano Diretor. A construção de um diagnóstico e
118 de propostas é algo essencial para ajudar na discussão, e foca insistentemente no método e não se
119 chega na conclusão. Com base na apresentação transmitida entende que o PDE não está
120 cumprindo com seus objetivos. Afirma que estamos permitindo uma distopia, no sentido de
121 manter uma boa infraestrutura no centro e nos eixos e perpetuar uma cidade precária nas
122 periferias. Afirma que já é tempo de se ter uma política séria de áreas de riscos, e não entender que
123 se o mercado tem interesse é área de risco, mas se o mercado não tem interesse não é risco. Os
124 critérios são principalmente determinados por interesses, deixando de lado uma análise do risco
125 real. As pessoas tem deixado uma área de risco para simplesmente ir para outra, pois é isso que

126 sua renda lhe permite. Habitação de Interesse Social não teve uma política séria de construção de
127 moradias populares, a prefeitura tem priorizado parcerias público-privadas (PPP), o que o levou a
128 conclusão que não haverá moradias populares. Isso, pois, por exemplo, em sua região existe uma
129 área com 6.000 famílias, uma comunidade consolidada, e foi feita uma PPP para construção de
130 3.000 apartamentos. Sendo desses 1.800 apenas para faixa de renda de 1 até 3 salários mínimos.
131 De 3 até 6 salários serão feitas 600 moradias, e 6 até 10 salários mínimos serão construídas 600
132 habitações. Destacou que para as 1.800 unidades habitacionais para a Faixa 1, as pessoas
133 precisam ter crédito aprovado por banco comercial, o que inviabilizaria o atendimento para os
134 moradores da comunidade. As pessoas não têm emprego regular, carteira assinada, têm dívidas e
135 estão excluídas do mercado de crédito formal. No mais, mencionou que destas 1.800 unidades
136 habitacionais, apenas 15% poderão ser distribuídas por meio de outros critérios a serem definidos
137 pela COHAB, que não se sabe quais são. Assim, uma comunidade consolidada, com residências de
138 alvenaria, com comércio e empresas, aguarda a regularização fundiária e urbanização, mas a
139 prefeitura vai lhe entregar uma política de habitação popular que lhes expulsa com um auxílio
140 aluguel insuficiente. Ao invés de regularizar e urbanizar constrói no local unidades habitacionais
141 que não atende à população residente. Por fim, destacou que o horário é inadequado para a
142 participação das lideranças populares, pois não podem participar de uma audiência no horário
143 comercial. O **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, para manter-se no objetivo da reunião, que é ouvir
144 os movimentos populares sobre a revisão do PDE, esclarece que o FUNDURB demonstrou ter
145 potencial para reunir recursos e para produção habitacional e aquisição de terras. Afirmou que é
146 meta do Prefeito fazer 45.000 unidades. Porém, disse que ainda é muito pouco diante do déficit
147 existente. Acrescenta que o enfrentamento do déficit deve ocorrer em toda a cidade e não só nas
148 periferias. Considera que estamos na fase de diagnóstico e que estamos aprofundando as
149 questões encontradas no PDE para enfrentar o desafio colocado. Sobre as notificações dos
150 imóveis que descumprem a função social, ressaltou que há um rito que está sendo seguido para
151 essas notificações até chegarem à alíquota máxima. Destaca que as notificações estão ocorrendo,
152 principalmente no centro da cidade. Responde que a atualização da outorga seria para aumentar o
153 valor da outorga, não para reduzi-la. No caso da produção da habitação social não caberia
154 cobrança de outorga. Destarte, menciona estudos feitos pela SP Urbanismo para equilibrar FP
155 (fator de planejamento) e FS (fator social) da cidade inteira. Ainda, conclui nesse ponto que a
156 atualização de outorga seria feita, conforme a legislação vigente, anual ou bianualmente pela
157 Secretaria Municipal da Fazenda com base em estudos técnicos. Desconhece se foi a associação
158 mencionada ou se foram notificados pelos órgãos de fiscalização que descobriram o sítio
159 arqueológico mencionado pela Sra. Luciana Araújo. Acerca do sítio arqueológico da Vai-Vai, disse
160 que existem parâmetros, os quais todas as instituições e órgãos devem seguir. Mencionou que
161 PPP é uma das várias formas de produzir moradia, logo existiriam diversas outras possibilidades
162 que poderiam atingir aqueles que precisam de moradia e não estariam contemplados pela PPP.
163 Dado que é apenas uma das inúmeras formas de enfrentar o déficit. O diagnóstico realizado trata
164 de habitação e outras regulamentações, as quais serão aprimoradas para privilegiar Habitação de
165 Interesse Social da faixa 1 (HIS 1). A **Sra. Luciana Araújo** esclarece pelo chat que: *“Soubemos a
166 partir de pesquisas realizadas por arqueólogos que estudam a área. Não por comunicação nem da
167 concessionária, nem do governo do Estado, nem da Prefeitura”*. Seguindo com os esclarecimentos, a
168 palavra é concedida a **Sra. Heliana Lombardi Artigiani**, Coordenadora de PLANURB, para seus

169 esclarecimentos. Ela afirma que as contribuições foram todas muito relevantes e que o PDE está
170 sendo aplicado, e que no diagnóstico foi dado destaque ao que precisa ser aprimorado. Assim, se
171 olhou o que foi feito e se o efeito está como desejado, analisou-se o que precisa melhorar, e o que
172 não foi aplicado para avaliar se é problema de regulamentação ou problema de gestão. Dessa
173 forma, as contribuições podem colaborar na verificação se o diagnóstico desenvolvido está
174 adequado. HIS 1 e 2 também está no horizonte de atenção da Prefeitura. Há um levantamento de
175 licenciamento de HIS 1 e 2 e existe a preocupação de essas moradias serem direcionadas para o
176 seu público efetivo. Acerca da exigência de documentação, menciona que é uma diretiva federal, e
177 é preciso avaliar se as outras “portas” estão funcionando para enfrentar o déficit. Em relação aos
178 eixos, informa não haver demarcação de ZEIS, mas há incentivos para a produção de HIS nos eixos,
179 sendo importante verificar o gargalo para trazer efetivamente quem mora distante para morar
180 próximo ao transporte. Em relação à cota de solidariedade, informa que esta também foi
181 destacada no diagnóstico, e verificou-se a necessidade desse instrumento abarcar mais
182 empreendimentos. Em relação à escolha da cota (doação ou produção) passar pelo CMPU,
183 destacou que isso pode demandar mais tempo, mas entende que é necessário verificar caso a caso
184 a política que se quer promover. Entende que, determinados casos, a doação de recursos poderia
185 proporcionar uma produção de HIS 1 que fosse produzida pelo governo e direcionada para
186 pessoas com renda mais baixa. E isso deve ser ajustado na revisão da lei. Quanto ao formato
187 virtual da reunião, informa ser mais uma forma de participar, e não é a única. Cita as diversas
188 agendas que a Etapa 1 envolve: tanto presenciais como virtuais e o rico aprimoramento quanto à
189 acessibilidade comunicacional realizado pela equipe da Prefeitura. Comentou que entende ser
190 benéfica a possibilidade de fazer a revisão apesar da pandemia, pois é preciso achar ajustes para o
191 PDE também em virtude da pandemia de Covid-19. Acerca do sítio arqueológico, menciona ser
192 importante a população se mobilizar para registrar esse sítio e indica que realizaremos uma
193 audiência temática para tratar do patrimônio cultural. Remeteu-se aos comentários feitos por ela
194 mesma em relação à cota de solidariedade anteriormente. Sobre os imóveis notificados, alerta que
195 os números das notificações estão divulgados no diagnóstico e no monitoramento, destacando
196 que o instrumento está funcionando. No entanto, a emissão de títulos da dívida pública não é uma
197 competência da Prefeitura, bem como, após os 05 (cinco) anos de alíquota progressiva, entende
198 que precisa além da punição, existir um incentivo para que o próprio proprietário promova a
199 função social e utilize o bem adequadamente. Lembra que o foco foi notificar imóveis ociosos
200 localizados em ZEIS. Em relação à atualização da outorga, verifica necessidade de avaliar a forma
201 de atualizar o quadro 14, a qual é prevista na lei, avaliando a dinâmica do mercado imobiliário e a
202 adequação dos valores. Concluindo, informa que o diagnóstico vislumbra ajustar o que não foi
203 aplicado, e corrigir os rumos do que foi implementado e divergiu do objetivo. Por meio do “chat” o
204 **Sr. Eduardo Della Manna** comenta: *“insisto que é absolutamente importante, no atual processo de*
205 *revisão intermediária do pde, darmos, também, a devida e a necessária atenção à revisão das metas*
206 *propostas pelo plano municipal de mobilidade, de 2014, e ao plano municipal de habitação (PL*
207 *619/2016), que continua parado na Câmara Municipal”*. A **Sra. Patrícia Saran** menciona que as
208 agendas virtuais servem para ampliar o alcance da população e visam multiplicar as formas de
209 diálogo com a população. Há uma mescla de possibilidades, com oficinas também presenciais, e
210 que a população pode ir na região que mora, ou trabalha, ou mesmo outra, pois o conteúdo é o
211 mesmo, diferenciando apenas o recorte territorializado citado em cada uma das agendas, porém

212 de um mesmo Plano Diretor Estratégico. A **Sra. Luciana Araújo**, complementa informando que
213 existe uma preocupação dos mobilizados em evitar uma nova gentrificação no local, pois os mais
214 pobres do local estão sendo expulsos, e a vinda do metrô não pode intensificar esse processo,
215 descaracterizando o bairro e intensificando uma expulsão que sempre ocorre e que não pode
216 continuar se reproduzindo. Toda a vez que há avanço e desenvolvimento a população mais
217 vulnerável é sacrificada, sendo expulsa para mais longe. A palavra foi concedida a **Sra. Elisabeth**
218 **Salgado**, consultora de urbanismo, representando a Associação Alameda Gabriel Monteiro da
219 Silva, a qual pondera que o déficit habitacional demanda um esforço enorme. Entende que as
220 zonas de estruturação tem muito incentivo para adensamento, o que é interessante. Zona Central
221 deve ser mais ocupada e adensada. Destacou ser um tabu as Zonas Estritamente Residenciais
222 (ZER), estando em 30% das áreas de urbanização consolidada, de tal sorte que elas são cortadas
223 por corredores que não comportam mais o uso estritamente residencial. Há muitos imóveis
224 ociosos nessas zonas, e ainda que não seja momento de refazer o Plano Diretor, mas apenas
225 revisá-lo. Seria importante retirar entraves para permitir discussões posteriores que viabilizassem
226 tirar esses imóveis da ociosidade. Cita como entrave o artigo 27, do PDE, e um de seus incisos, o
227 XLV, diz "*nos perímetros das zonas exclusivamente residenciais ZER-1 e nos corredores existentes não*
228 *incidirão índices e parâmetros urbanísticos menos restritivos do que aqueles atualmente aplicados*",
229 acrescenta que o PDE não deve dar esse nível de detalhe, pois isso impede a discussão na revisão
230 da Lei de Zoneamento para melhor aproveitamento de ZERs que perderam a vocação para isso.
231 Denunciou que existem corredores longos na região do Morumbi que poderiam estar sendo
232 ocupados com uma densidade maior, muito diferente das densidades hoje registrada em
233 determinadas ZERs. Comenta que a habitação de interesse social deve mesmo ser prioridade
234 diante do déficit que é inaceitável. A **Sra. Fernanda Dennis**, integrante da Associação dos Amigos
235 do Novo Mundo, localizada no Distrito da Vila Mariana, participou da audiência sobre
236 ordenamento territorial, e reconheceu que é complexo agradar todos. Verificou que o Plano de
237 Bairro está sendo negligenciado. Demanda que seja articulada a criação dos Planos de Bairro.
238 Afirma entender que as Subprefeituras também estão de mãos atadas, atuando como mera
239 zeladora do território. Acrescenta que a participação popular perdura por meio dos planos de
240 bairro, uma vez que ninguém melhor do que quem vive o bairro para buscar melhores soluções
241 com o poder público. O **Sr. João Moreirão** fala sobre a gentrificação produzida pelas obras do
242 metrô, esclarecendo que todas as obras do metrô impactaram de forma negativa nesse aspecto -
243 excetuada a estação de Higienópolis. Comentando a fala do Sr. José Armênio, que anteriormente
244 disse que PPP é apenas uma das formas de promover habitação, esclareceu que em sua opinião o
245 problema é que é um instrumento equivocado, deixa 6.000 (seis mil) famílias sem casa e constrói
246 3000 (três mil) moradias no lugar, por isso avalia que esse mecanismo não está sendo interessante.
247 Fala que o Prefeito prometeu após incêndio, em uma determinada favela, que as famílias
248 receberiam auxílio aluguel até serem construídas as moradias. Vai ter uma revolta na região, PPP
249 ali não vai funcionar, pois as famílias estão fragilizadas e não conseguem acessar o mercado de
250 habitação. Reforça que o instrumento é aplicado de forma equivocada, em lugares que essa
251 solução não cabe, agravando então o problema da habitação. Reforça que as famílias daquele local
252 vão ficar excluídas da proposta que está sendo estudada. Reivindica o fortalecimento dos
253 Conselhos, sendo fundamental para ter um debate mais salutar entre população e o executivo, e
254 que o fortalecimento das Subprefeituras igualmente é essencial, estando atualmente, reduzidas à

255 zeladoria urbana. O **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, respondendo aos apontamentos, trata da
256 importância dos Planos de Bairro e menciona os projetos de Urbanismo Social que são
257 implementados, como o do Jardim Lapena. Aponta que o Urbanismo Social busca fomentar o
258 diálogo com a população a fim de alcançar o Plano de Bairro. Existem também os Planos de Ação
259 Local, os quais ligam o Plano Regional à Lei Orçamentária Anual - LOA, em andamento. Sobre o
260 comentário da Sra. Elisabeth Salgado, relacionado às ZERs, entende ser um assunto delicado, mas
261 que deve ser enfrentado e a parabeniza por abordar tal questão mesmo inserida no território com
262 alta restrição de uso e ocupação. Quanto ao sítio arqueológico, menciona a realização da audiência
263 pública que vai tratar do patrimônio cultural e isso poderia ser melhor tratado naquela
264 oportunidade, mas é mesmo muito importante a população estar atenta para fiscalizar o trabalho
265 dos inúmeros órgãos envolvidos. Acrescentou que descentralização é um mote do Secretário
266 Marcos Duque Gadelho, eis que desde o governo Montoro ele já trabalha com essa perspectiva.
267 Uma vez mais com a palavra, a **Sra. Heliana Lombardi Artigiani** menciona ser importante enxergar
268 e evitar a gentrificação causada pela infraestrutura oferecida ao território, além de entender ser
269 importante entender como a Prefeitura pode atuar para preservar o Bairro do Bixiga e suas
270 características. Disse que o tema da ZER é polêmico e tal zoneamento tem como premissa
271 preservar o território nessas regiões, reforça a concordância com a urgência de pensar o que pode
272 ser feito com o Bixiga para exaltar a história do bairro. Acrescenta ser importante verificar onde
273 queremos ativar os eixos, além de buscar respostas para casos de imóveis ociosos nos eixos,
274 avaliando se estimulam a transformação. Tem concordância com o que foi dito sobre Planos de
275 Bairro e ressalta que é possível a elaboração de Plano de Bairro por meio de iniciativa popular.
276 Destaca também que o próprio diagnóstico apontou a dificuldade de capacitação sobre a
277 elaboração e implementação do Plano de Bairro. Sobre o fortalecimento dos Conselhos e
278 alinhamento com as Subprefeituras, falou que isso era essencial para que o planejamento macro
279 da cidade chegasse às regiões. Retomando a palavra, o **Sr. José Armênio de Brito Cruz** agradece a
280 participação dos presentes e ressalta que as agendas públicas para participação da sociedade
281 continuam. Por fim, a Sra. **Patrícia Saran** agradece a todos pelas importantes contribuições,
282 informa sobre a realização da audiência pública virtual sobre Meio Ambiente e Mudanças
283 Climáticas no dia seguinte, e convida todos a participarem das próximas reuniões, audiências e
284 oficinas com calendário disponível na plataforma eletrônica
285 <https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/> e convida a todos para participarem também da
286 consulta eletrônica na plataforma <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/>. Às 17h02 encerra os
287 trabalhos da reunião. A íntegra da reunião pode ser consultada através da plataforma eletrônica
288 <https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/processo-participativo/>. Os documentos desta
289 reunião se encontram registrados no processo SEI 6068.2022/0006480-7.